



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano	850\$
A 1.ª série . . . »	340\$
A 2.ª série . . . »	340\$
A 3.ª série . . . »	320\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual,	300\$
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo,	300\$
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio	

O preço dos anúncios é de 12\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional, quando se trate de entidade particular.

## SUMÁRIO

### Presidência da República:

#### Resolução da Assembleia Nacional:

Acerca da visita oficial de S. Ex.ª o Presidente da República ao Brasil.

### Ministério da Justiça:

#### Decreto n.º 113/72:

Dá nova redacção ao artigo 5.º do Decreto n.º 41 227, que regula o provimento nas diversas categorias do pessoal de vigilância dos serviços prisionais.

### Ministério das Finanças:

#### Declaração:

De ter sido autorizada determinada inserção, por transferência de verba, no orçamento do Ministério.

### Ministério da Marinha:

#### Portaria n.º 194/72:

Aumenta ao efectivo dos navios da Armada, na situação de armamento normal, a partir de 29 de Março de 1972, as lanchas de desembarque médias 111 e 112, as quais ficarão a pertencer à classe 100.

#### Portaria n.º 195/72:

Introduz alterações no Regulamento de Uniformes e Pequeno Equipamento para Sargentos e Praças da Armada.

### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

#### Aviso:

Torna público terem sido trocados entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Embaixador do Brasil em Lisboa os instrumentos de ratificação da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, assinada em Brasília em 7 de Setembro de 1971.

### Ministério do Ultramar:

#### Decreto n.º 114/72:

Inserir disposições de carácter aduaneiro aplicáveis às províncias ultramarinas.

### Ministério da Economia:

#### Despacho:

Fixa os preços de venda ao público dos combustíveis líquidos (gasolina, petróleo, gasóleo e fuelóleo) a partir de 1 de Abril de 1972.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Resolução acerca da visita oficial de S. Ex.ª o Presidente da República ao Brasil

Em nome da Nação a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a resolução seguinte:

A Assembleia Nacional, tendo tomado conhecimento do convite dirigido por S. Ex.ª o Presidente da República Federativa do Brasil a S. Ex.ª o Presidente da República Portuguesa para uma visita oficial ao Brasil, resolve, nos termos do artigo 76.º da Constituição, dar o seu assentimento à ausência do Presidente da República para aquele país no decurso do corrente ano

*Marcello Caetano.*

Promulgada em 7 de Abril de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

#### Decreto n.º 113/72

de 8 de Abril

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

O artigo 5.º do Decreto n.º 41 227, de 9 de Agosto de 1957, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 5.º — 1. As vagas que ocorrerem no corpo de guardas serão imediatamente comunicadas pelos directores dos estabelecimentos prisionais, campos e brigadas de trabalho à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

2. Quando as necessidades do serviço o exigirem, pode o Ministro da Justiça, sob proposta da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, autorizar os directores a contratar, como guardas auxiliares, indivíduos que satisfaçam as condições legais, até ao número de vagas existentes nos contingentes fixados para os respectivos serviços.

3. Os guardas admitidos nos termos do número anterior serão inspeccionados pelos médicos dos estabelecimentos para verificação dos requisitos exigidos

pelo artigo 10.º, prestarão as provas previstas no artigo 11.º perante um júri designado por despacho do Ministro da Justiça e frequentarão o primeiro curso elementar que se realizar após a admissão.

*Marcello Caetano — Mário Júlio Brito de Almeida Costa.*

Promulgado em 24 de Março de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

#### Direcção-Geral da Contabilidade Pública

##### 2.ª Repartição

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que S. Ex.ª o Secretário de Estado do Orçamento, por seu despacho de 17 de Março corrente, autorizou a seguinte inscrição, por transferência de verba, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma:

Do capítulo 16.º «Inspeção-Geral de Finanças»:

*Despesas correntes:*

Artigo 228.º «Vencimentos e salários»:

N.º 1) «Vencimentos»:

Alínea 1 «Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . . . — 91 652\$00

Para o capítulo 1.º «Gabinete do Ministro»:

*Despesas correntes:*

Artigo 14.º-A «Transferências — Exterior»:

N.º 1) «Execução de programas de assistência técnica da O. C. D. E.» . . . . . + 91 652\$00

2.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 24 de Março de 1972. — O Chefe da Repartição, *Estêvão Pacheco Carrasco.*

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Estado-Maior da Armada

#### Portaria n.º 194/72

de 8 de Abril

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, aumentar ao efectivo dos navios da Armada, na situação de armamento normal, a partir de 29 de Março de 1972, as lanchas de desembarque médias 111 e 112, as quais ficarão a pertencer à classe 100.

O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo.*

#### Superintendência dos Serviços do Pessoal

#### Portaria n.º 195/72

de 8 de Abril

Tornando-se necessário introduzir algumas alterações no Regulamento de Uniformes e Pequeno Equipamento para Sargentos e Praças da Armada;

Tendo em conta o disposto nos artigos 2.º, 3.º, 5.º e 6.º do Decreto n.º 42 508, de 16 de Setembro de 1959, alterado pelo Decreto n.º 44 441, de 2 de Julho de 1962:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, o seguinte:

1.º Os artigos 5.º-A, 16.º e 112.º-A do Regulamento de Uniformes e Pequeno Equipamento para Sargentos e Praças da Armada (R. U. P. E. S. P. A.) passam a ter a seguinte redacção:

Art. 5.º-A. As âncoras metálicas do boné de trabalho e do colarinho da camisa azul para sargentos e praças (fig. 27-A) são de metal oxidado, de 0,017 m de altura por 0,010 m de largura.

Art. 16.º As botas para sargentos e praças (fig. 14) são de bezerro *waterproof*, de cor preta, com biqueira, sem enfeitos e sem presilha, tendo de cada lado oito ilhós pretos onde trabalha um atacador da mesma cor e têm sola de meio rasto. Têm no cano dois grampos para prender os polainitos pretos, do modelo descrito na alínea b) do n.º 6) do artigo 142.º deste Regulamento.

Art. 112.º-A. A blusa de trabalho para praças não prontas (fig. 3) é do tecido padrão existente na 3.ª Repartição da D. S. A., azul, talhado em quimono de duas peças, formando uma a parte anterior e outra a posterior.

A manga é de uma só costura, sem canhão, e com uma abertura no punho, que fecha por meio de dois botões pretos do padrão n.º 7.

O cabeção é do mesmo tecido, com 0,300 m de largura e 0,180 m de altura, e de uma só folha, não sendo forrado.

A abertura da frente é decotada em V. De cada lado do decote, a uma distância de 0,020 m do seu vértice, existe um ilhó guarnecido a algodão preto, onde pode correr a fita de seda preta para segurar a manta.

Na altura do peito, de cada lado, tem uma algibeira exterior de 0,120 m de altura por 0,120 m de largura, fazendo um fole sobreposto de 0,025 m de largura; estas algibeiras têm os cantos inferiores ligeiramente cortados. Por cima de cada algibeira, a uma distância de 0,010 m, existe uma portinhola terminada em bico, com largura de 0,050 m ao centro e de 0,040 m nos extremos; nesta portinhola está aberta uma casa para abotoar num botão preto do padrão n.º 7, pregado sobre o fole da algibeira.

2.º São acrescentados ao R. U. P. E. S. P. A. os artigos seguintes:

Art. 15.º-A. O boné de trabalho para sargentos e praças é do tecido padrão existente na 3.ª Repartição da D. S. A., azul, tem pala de lona forrada do mesmo tecido, levando um tapa-ouvidos e tapa-nuca, com colocação de uma âncora de metal oxidado, conforme é descrito no artigo 5.º-A, centrada por cima da pala, e a 0,100 m de cada lado da âncora um orifício de 0,007 m de diâmetro, que serve de ventilador.

Art. 112.º-B. A boina de um só pano para sargentos e praças das unidades de fuzileiros especiais é de lã azul-ferrete, forrada interiormente com um tecido preto, debruada no limite inferior com uma tira de carneira preta de 0,025 m, que forma